
... Destaque**... GESTÃO DOCUMENTAL NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO E EMBASAMENTO LEGAL**

A gestão de documentos e a legislação que a embasa é um tema relativamente novo no Brasil. Teve suas origens no *Records Management*, arcabouço teórico apresentado pelo professor norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg, criador do conceito de Avaliação de Documentos, dentre outros. A partir desses novos conceitos, foi possível definir os valores dos documentos e tratar as grandes massas documentais acumuladas, que anteriormente eram consideradas de guarda permanente, ou seja, tudo deveria ser guardado.

Em 1960, em visita ao Brasil a pedido do Diretor do Arquivo Nacional, Schellenberg analisou a situação dos documentos produzidos na administração federal a fim de avaliar quais documentos deveriam ser transferidos do Rio de Janeiro para a nova capital, Brasília. A partir dessa visita, o professor elaborou um relatório pontuando itens importantes para o tratamento dos documentos, inclusive a necessidade de criação de uma lei nacional de arquivos.

Desde então, muitas leis foram promulgadas, porém, somente em 08 de janeiro de 1991 que a Lei Federal 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, foi publicada.

É nesse contexto, que o exemplar nº 02 do INFORMATIVO traz para os usuários, a relação da legislação estadual e federal vigente mais utilizada no âmbito da gestão de documentos, em especial o art. 1º da lei 8.159 que é o objeto norteador das nossas atividades, a fim de garantir a eficiência administrativa, economia, preservação da história, memória e acesso pleno das informações aos cidadãos:

“É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.”



... LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEI Nº 5.433, DE 8 DE MAIO DE 1968.

Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.

LEI Nº 6.546, DE 4 DE JULHO DE 1978

Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências.

LEI Nº 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991.

Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.799, DE 30 DE JANEIRO DE 1996.

Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências.

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

... LEGISLAÇÃO ESTADUAL

PORTARIA Nº 17-R, de 15 de março de 2007.

Institui diretrizes para avaliação dos documentos produzidos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

PORTARIA Nº 60-R, de 27 de agosto de 2009

Institui procedimentos para o descarte de processos e demais documentos passíveis de eliminação.

PORTARIA Nº 39-R, DE 06 DE JULHO DE 2011.

Normatiza o uso do manual de Gestão Documental.

LEI Nº 9.871 DE 09 DE JULHO DE 2012.

Regula o acesso a informações previsto no inciso II do § 4º do artigo 32 da Constituição do Estado do Espírito Santo.

PORTARIA Nº 05-R, DE 05 DE MAIO DE 2015.

Modifica os prazos de guarda na fase intermediária dos documentos financeiros para dez anos.

DECRETO Nº 4343-R, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018.

Atualiza as normas do Programa de Gestão Documental - PROGED, instituído pelo Decreto nº 1.552-R, de 10/10/2005.

DECRETO Nº 4411-R, DE 18 DE ABRIL DE 2019.

Institui o Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos Eletrônicos (e-Docs)

DECRETO Nº 4410-R, DE 18 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre o uso do meio eletrônico e não presencial para a interação do cidadão com o Estado e a realização de processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Estadual.

... RESOLUÇÕES DO CONARQ

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 15 DE MAIO DE 1997

Dispõe sobre diretrizes quanto à terceirização de serviços arquivísticos públicos.

RESOLUÇÃO Nº 40, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.